

**ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE
CT-SAÚDE/CIF**

Aos dias vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e dez minutos, em formato híbrido, com sede presencial no Hotel San Diego – Rua das Palmeiras, nº 406 - Horto, Ipatinga – MG, e por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a parte restrita da **72ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Pauta Geral - Restrita

Pauta	Discussão
a) Apresentação dos presentes:	O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, coordenador da Câmara Técnica de Saúde – CT-Saúde, iniciou a reunião dando boas-vindas e agradecendo à participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais através da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro: Agnis de Souza (Secretaria de Saúde de Saúde de Linhares), Andreia de Fátima Lopes (Fundação Renova), Damiani Paolo Gomes Rocha (ATI ASPERQD), Eduardo Batista Poltraniere (Prefeitura Municipal de Linhares/ES), Fabricio Thomaz de Oliveira Ker (Consultor OPAS / Referência Técnica Saúde Ambiental), Francisco Leopoldo Lemos (Superintendência Regional de Saúde de Belo Horizonte), Jadilson Lino De Oliveira Gomes (Comissão de Atingidos de Degredo), Kairo André Gomes (Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG), Leila Salles (CAT/ATI), Lívia Serra Selvatici (Prefeitura Municipal de Aracruz/ES), Luciana Andrade (ASPERQD), Renata Soares (Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG)), Rodrigo Silvério de Oliveira Santos (Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador), Sônia Luiza Custódio (coordenadora da Comissão Territorial de atingidos do território 05), Vanessa de Paula Ferreira (Ministério da Saúde) e Wenner Shaday Tavares (Secretaria de Estado de Saúde de MG na Vigilância Ambiental).
b) Aprovação da ata da 71º RO da CT-Saúde:	O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, coordenador da CT-Saúde, informou que todas as atas que se encontravam represadas foram aprovadas na última Reunião Ordinária e já estão disponíveis no site do CIF e explicou que a ata da 71º Reunião Ordinária foi enviada via e-mail para os membros, para as devidas contribuições e por isso solicitou dispensa da leitura da referida ata, visto que o documento é extenso e foi devidamente compartilhado.

	Posteriormente o coordenador colocou a ata 71° da Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde em aprovação.
Aprovação:	A ata 71° da Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde foram aprovada sem objeção e será encaminhada a SECEX/CIF para publicação.
c)) Informes 75ª RO do Comitê Interfederativo:	<p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, coordenador da CT-Saúde, informou que na 75ª Reunião Ordinária CIF no ponto de pauta da CT-Saúde não houve nenhuma apresentação, sendo abordado apenas a alteração da estrutura da Câmara Técnica de Saúde, ficando o Ministério da Saúde com titularidade da coordenação, o Estado de Minas Gerais como a 1º suplência e o estado do Espírito Santo com a 2º suplência e informou que seguem aguardando a indicação do nome da pessoa que representará o ministério na coordenação da CT-Saúde.</p> <p>O Sr. Sergio Rossi, representante Ministério da Saúde, informou que o Ministério da Saúde já tem o nome a ser indicado para assumir a coordenação da CT-Saúde e que será a Sra. Eliane Ignotti, coordenadora-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental e afirmou que ela já estará presente na próxima Reunião Ordinária.</p> <p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, retornou ao ponto da 71° ata e relatou que houve sugestão de alteração no texto da ata por parte do membro Simone Silva, que pediu para incluir na sua fala, descrita no item de “fala dos atingidos”, que o convite de visitar ao município de Barra Longa seria para o Ministério da Saúde e também para os três entes.</p>

Pauta dos GTs:

Pauta	Discussão
a) GT-Planejamento:	<p>O Sr. André Carvalho Alcântara, representante da secretaria de saúde do Estado de Minas Gerais, relatou que foi realizada a 3ª Reunião Ordinária do GT-Planejamento do ano de 2024 e que foram feitas duas discussões, sendo uma de reavaliação do plano de Naque, visto que há tempo vem se tentando avançar nas correções necessárias para aprovação do plano, sem êxito. Informou que realizaram uma reunião com a atual secretária de saúde de Naque, onde foi pontuado novamente as correções que precisam ser realizadas no plano e que enviarão novo e-mail com orientações, com a intenção de avançar para aprovação do documento na próxima reunião do GT-Planejamento. Informou ainda que a segunda discussão era sobre os movimentos futuros do grupo de trabalho, visto a transição da coordenação da Câmara Técnica. Lembrou que aconteceram conversas com IAJ, que vinha apoiando e monitorando judicialmente as decisões</p>

com relação aos planos de ação de saúde. Considerou que é necessário dar continuidade no acompanhamento do cumprimento das deliberações e dos planos aprovados no CIF e que é importante seguir com o apoio do IAJ, para continuarem buscando orientações em situações de descumprimentos da execução dos planos por parte da Fundação Renova.

O Sr. Sergio Rossi, representante Ministério da Saúde, informou que restam vinte e dois municípios que ainda não elaboraram e não apresentaram os planos de ação de saúde e considerou que essa falta de envio pode ser decorrente de um desgaste pelos anos que se passaram do crime e nada foi feito, o que pode ter ocasionado descrédito dos municípios, uma vez que a elaboração desses planos demanda um esforço muito grande dos gestores municipais e suas equipes, além de custos altos, sem a garantia de execução. Relatou que esses municípios deveriam se organizar e se estruturar para elaboração dos planos, visto que assim, a responsabilidade da não execução seria da Fundação Renova e sugeriu a criação de um canal de diálogo entre Defensoria Pública, Ministério Público e com os gestores, com objetivo de motivar os gestores e pressionar a Fundação Renova para a execução célere.

O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, coordenador da CT-Saúde, informou que o GT-Planejamento vem motivando constantemente aos municípios, a fim de elaborarem e aprovarem os planos mas considerou que devido a falta de credibilidade da operacionalização dos planos pela Fundação Renova, não foi possível, ainda, obter o resultado necessário. Relatou que a sugestão do Sérgio, em tentar apoio com as instituições de justiça, trariam resultados mais satisfatório. Considerou que com o Ministério da Saúde na coordenação, com a continuidade das oficinas de trabalho do GT-Planejamento, com o apoio e orientações do IAJ nas decisões judiciais e com a sugestão de fazerem interfaces com as instituições de justiça, poderá se ter uma robustez nas participações dos gestores dos municípios que ainda não apresentaram os planos.

A Sra. Micheline Paiva de Araújo, representante da Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano, considerou que os municípios que ainda não criaram os planos estão com dificuldade na elaboração e sugeriu que o GT-Planejamento convide esses municípios para uma reunião presencial, objetivando apoiá-los nas dificuldades apresentadas.

O Sr. Micael Alves dos Santos, representante da Prefeitura Municipal de Governador Valadares/MG, informou que a sugestão de convidar os municípios que estão com os planos pendentes para uma reunião presencial é oportuno, pois, o apoio oferecido pelo GT-Planejamento através de e-mails, ofícios e reuniões *online*, embora contribuam, não estão atingindo os objetivos desejados. Relatou que a percepção dos municípios na valorização da construção dos planos não são encarados na

	<p>forma desejada e considerou que isso esta comprometendo os trabalhos que estão sendo desenvolvidos. Sugeriu, portanto, que a proposta seria de monitoria com os gestores e técnicos responsáveis pela elaboração dos planos.</p> <p>O Sr. André Carvalho Alcântara, informou que existem para operacionalizar as sugestões indicadas pelo GT-Planejamento e para alcançar melhores resultados de participação e de elaboração, por parte dos gestores municipais que ainda não iniciaram os planos ou não deram continuidade. Considerou que inicialmente é necessário realizar contato com o Ministério Público e Defensoria Pública afim de mobilizar os municípios faltantes e que a partir disso, seria dada a continuidade efetiva nas oficinas, com maior participação de membros para apoio aos municípios.</p>
b) GT-Água:	<p>A Sra. Alice Rodrigues de Matos, representante da Superintendência Regional de Saúde de Governador Valadares, informou que as discussões realizadas geraram diversos encaminhamentos. Relatou que o GT recebeu um ofício da ASPERQD solicitando alteração em quatro pontos de coleta em Degredo, explicando que o monitoramento precisa de sequência nas coletas, para que o ponto não seja excluído do plano e reforçando que a comunicação entre a Vigilância Sanitária de Linhares e Degredo, com a descrição das datas das futuras coletas são imprescindíveis. Relatou que em relação a solicitação são de troca dos três pontos, a ASPERQD fará o encaminhamento indicando os nomes do pontos, endereços, latitude, longitude e justificativa da solicitação e apresentará para o GT-Água e Vigilância Municipal de Linhares.</p> <p>Relatou brevemente os detalhes das visitas técnicas realizados nos laboratórios Bioagri que aconteceram no dia 02 de abril de 2024 na Serra/ES, outra visita no dia 09 de abril de 2024 no laboratório de Belo Horizonte/MG e no dia 25 de abril de 2024 a visita no laboratório de Piracicaba/SP, que é o onde ocorre as análises mais completas.</p> <p>O Sr. Ivan Brum, representante da Prefeitura de Resplendor, informou que nas duas visitas realizadas no laboratório Bioagri houve questionamento quanto a demora no recebimento dos laudos e que receberam como justificativa a fragilidade no sistema, com o esclarecimento que elas já foram sanadas e que a equipe continua buscando celeridade no resultados dos laudos.</p> <p>A Sra. Jóeci Lopes Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, questionou a participação de atingidos nas visitas técnicas. Em resposta, o Sr. Lucas Marciano informou que não há, pela Câmara Técnica de Saúde, nenhuma negativa de participação de atingidos nas visitas e informou que inclusive o técnico da ASPERQD, Sr. Damiani Paolo Gomes Rocha, participou da visita representando o atingido</p>

Jadilson. Explicou ainda que a visita se tratou de um acompanhamento técnico realizado pelo GT-Água.

A Sra. Alice Rodrigues de Matos, relatou que o terceiro ponto de pauta foi referente a SAA Gesteira de Barra Longa, onde discutiram a situação atual da região e a insatisfação da Secretaria Municipal de Saúde quanto ao resultado do cloro residual livre e outros resultados insatisfatórios. Houve discussão sobre a entrega do empreendimento da SAA Gesteira de Barra Longa da Fundação Renova para a prefeitura municipal de Barra Longa .

A Sra. Simone Silva, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, solicitou que a Câmara Técnica de Saúde, Ministério da Saúde e a secretaria de Saúde se posicionem pedindo a eliminação do poço de Gesteira.

A Sra. Jaqueline Aparecida Martins, representante da Secretaria de Desenvolvimento de Barra Longa, relatou a situação da contaminação de uma área de captação do SAA de Barra Longa, sem que o município e a secretaria de saúde fossem informados dessa captação. Informou que foi enviado um ofício solicitando essa informação e receberam a resposta com a confirmação de que estão captando a água dessa área, devido a alteração de captação da área principal e que o local possui outorga. Solicitou suporte para conseguirem acesso ao plano de emergência e contingência da Copasa e relatou que já foram enviados vários ofícios de solicitação de acesso do plano a Copasa e que também reportaram a situação ao Ministério Público para que ajudem a conseguir acesso ao plano de emergência para se orientarem.

A Sra. Simone Silva, solicitou que a Câmara Técnica de Saúde peça ao Cif a inclusão do município de Barra Longa no eixo 9, visto que a água esta sendo captada em um local contaminado.

O Sr. Matheus Vinícius Costa Neto, representante Secretaria de Estado de Saúde Minas Gerais, informou há intenção de realizar um alinhamento com representantes da Copasa, afim de estabelecer um ponto focal em cada regional , informando-os sobre as dificuldades existentes, como por exemplo, a dificuldade de acesso ao plano de emergência e contingência, a troca da área de captação e outros.

O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, coordenador da CT-Saúde, relatou que várias audiências do eixo 9 estão acontecendo e questionou se as discussões de Barra Longa entrarão em alguma delas. Em resposta a Sra. Jaqueline Francischetti, representante do Ministério da Saúde, informou que somente Gesteira e Barra Longa não entraram nas discussões do eixo 9, pois na época houve alegação de não captação de água no Rio Doce e que o rio onde a água era captada não havia sido atingido.

A Sra. Simone Silva, representante dos atingidos da Barra Longa, informou que na época a água de Barra Longa era captada em um local alto e longe da área de contaminação, mas que logo após houve a alteração da área de captação, passando a ser captada em uma área atingida. O coordenador Lucas questionou o caminho para pleitear a inclusão do município de Barra Longa no eixo 9 e em resposta, a Sra. Jaqueline considerou que será via IAJ e informou que o encaminhamento do ponto de captação e solicitação de inclusão de Barra Longa no eixo 9 frente as evidências precisam esta muito bem justificadas. Informou ainda que para submeter ao IAJ é necessário que o município de Barra Longa oficialize Câmara Técnica de Saúde com todo o histórico de informações, justificativas e provas para posteriorente a questão seja enviada ao IAJ e ao CIF, além deser submetido ao juízo.

A Sra. Alice Rodrigues de Matos, informou que no GT houve discussão referente a sugestão de elaboração de ofícios de orientação de filtros de barro como medida paleativa de diminuição do impacto, nas localidades dos poços que são monitorados no PMQACH, visto que sempre que os atingidos toma conhecimento dos relatórios, justificam respostas do que poderia ser feito, uma vez que os resultados sempre consta inconsistências, e a sugestão do ofício era meramente orientativo e paliativo até uma resposta da Fundação Renova tomar as providências necessárias, mas que suspenderam, após ampla discussão entre os atingidos e ATI, e portanto, estarão solicitando ao IAJ orientação para prosseguirem ou não com a ação.

A Sra. Luciana Andrade, representante da ASPERQD, informou que na sugestão de proposta pelo GT da elaboração do ofício de orientação de utilização de filtro de barro relatou a necessidade de que, caso o documento fosse entregue a comunidade, que os órgãos de saúde deveriam também indicar qual filtro poderia ser utilizado com eficácia para filtrar os elementos encontrados em cada poço monitorado, e que são considerados prejudiciais à saúde, visto que a Fundação Renova havia também realizado a ação de entrega de cartilhas na comunidade de Degredo orientando a utilização de uso de filtros e a confecção de filtros e que imediatamente solicitaram a retirada do material, uma vez que os moradores poderiam interpretar de forma errada que a água estaria boa para consumo. Informou que solicitaram a suspensão da executora no território de Degredo/ES em virtude da ação.

O Sr. Sergio Rossi, representante Ministério da Saúde solicitou que seja enviado para a Câmara Técnica de Saúde, através de e-mail, o relato do ocorrido em Degredo, anexando as orientações de utilização e disponibilização do uso filtro recebidas, além da cartilha que foi distribuída.

O Sr. Jadilson Lino de Oliveira Gomes, representante da Comissão de Atingidos de Degredo/ES, informou que agradece o GT-Água pela acolhida em receber as informações do ocorrido em Degredo e por aceitarem em analisar a situação, para que, posteriormente, a ASPERQD consiga comunicar e orientar aos atingidos, sem prejudicar o processo de reparação e compensação.

A Sra. Alice Rodrigues de Matos, informou que no GT houve discussão sobre a segunda revisão bianual que elencou novos pontos, parâmetros, frequências, todos os pontos que tem e não tem tratamento serão monitorados uma vez ao mês, além da solicitação de acréscimo de mais 10 novos pontos, mediante demandas apresentadas pelos municípios. Relatou que na segunda revisão bianual a Fundação Renova, não atendeu a deliberação n° 445 que é relacionado aos pontos das terras indígenas, e portanto, responderam com ofício solicitando que se cumpra conforme decisão judicial.

A Sra. Alice Rodrigues de Matos, informou que houve confecção de ofício aprovando o relatório anual referente aos dados compilados do ano de 2022 e 2023, que e já se encontram disponível no site <https://www.saude.mg.gov.br/desastresriodoce>.

A Sra. Alice Rodrigues de Matos, informou houve alinhamento sobre a análise e aprovação dos boletins PMQACH referente ao período de maio a setembro de 2023 e a pedido da Sra. Jóeci Lopes Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, foi solicitado alteração de dois nomes dos pontos de capacitação, o que foi justificado pela Fundação Renova com a informação de que a captação era no córrego e no rio riacho, visto a necessidade de outorga do local onde é realizado o tratamento da água e que por isso, solicitaram apoio ao Estado do Espírito Santo para requerer que a Vigilância Sanitária de Aracruz faça a inspeção sanitária para solicitação de outorga.

O Sr. Roberto Laperriere, representante da SESA/ES, informou que o pedido da outorga será solicitado à concessionária, visto que ela é a responsável por fazer o tratamento de água dessas localidades. A Sra. Jóeci Lopes Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, informou que a captação nos rios Santa Joana e Riacho não existem mais e que é o canal Cabloco Bernardo que leva água diretamente para o território e finalizou pedindo apoio da CT-Saúde com esse situação.

O Sr. Roberto Laperriere, lembrou que são utilizados os sistemas oficiais para as informações e é possível que o cadastro seja antigo, sendo necessário que algum representantes do município vá até o local e realize a atualização do cadastro no Sisagua.

	<p>O Sr. Ivan Brum, informou que existem políticas que são pertinentes a cada territórios e sugeriu que a membro, Sra. Jóeci Lopes, procure pelo município e solicite uma visita <i>in loco</i> para atualizar os dados do cadastro, visto que isso foge do escopo dessa Câmara Técnica.</p>
c) GT-Estudos:	<p>O Sr. Roberto Laperriere, representante da SESA/ES, informou que houve uma discussão em relação a deliberação nº 761 que aprovou o projeto de formação e qualificação de saúde física e mental da população atingida - PG14 e lembrou que foi determinado o prazo de trinta dias para Fundação Renova iniciar as tratativas para implementação do programa. Relatou que, a princípio, não houve início dessa implementação e que devido ao descumprimento do prazo, foi solicitado ao CIF que determinação de comprovação do início das execuções, por parte da Fundação Renova e por conseguinte notificação, multa e demais providências cabíveis ao descumprimento.</p> <p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira , informou que é necessário seguir o rito administrativo notificando e posteriormente aplicando a multa, uma vez que a deliberação não foi cumprida.</p> <p>O Sr. Roberto Laperriere, relatou que houve discussão sobre a deliberação nº 656 referente aos estudos de saúde e informou que a proposta da Fiocruz para a realização dos estudos foi apresentada e aprovada conforme deliberação, sendo necessário avançar judicialmente esses estudos uma vez que o eixo 2 estava judicializado e precisavam cumprir alguns esclarecimentos solicitados pela perícia judicial de informações da Fiocruz sobre detalhamento de execução dos estudos, que foram sanadas através de reuniões e ofício, e lembraram que talvez não tinha sido encaminhado para o IAJ até o juízo considerando essa possibilidade na última reunião do GT-Estudos retornaram a essa discussão e o Ministério da Saúde encaminhou um ofício a Fiocruz solicitando algumas necessidades de ajustes na execução dos estudos, onde receberam a resposta positivamente e logo após foi encaminhado a SECEX e a IAJ toda a documentação, histórico, discussões e proposta detalhada pela Fiocruz, portanto todo rito do grupo de estudo conduzido pelo Minitério da Saúde foi cumprido com todas as informações necessárias, cabendo a realização do encaminhamento por parte da SECEX e IAJ ao juízo para definições.</p> <p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, informou que após provocação formal sobre como se encontravam as informações encaminhadas ao judiciário, o Ministério da Saúde articulou com a Fiocruz todas as pendências de informações que foram sanadas e agora aguarda o IAJ para que toda informação seja apresentada para a perícia.</p>

Pronunciamento dos atingidos:

Pauta	Discussão
<p>a) Fala livre dos atingidos:</p>	<p>A Sra. Jóeci Lopes Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, proferiu a leitura de um ofício que foi protocolado via e-mail para Câmara Técnica de Saúde e CIF, referente solicitação de reuniões para debater danos da saúde as pessoas atingidas pelos danos do rompimento da barragem e relatou que a a comissão de atingidos de Aracruz solicita a realizações de exames aos atingidos, visto que eles estão cada vez mais doentes após a contaminação.</p> <p>A Sra. Simone Silva, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, relatou discordância com o cessamento do custeio dos atingidos para participarem das reuniões das Câmaras Técnicas e do CIF e considerou que as participações dos atingidos nas reuniões são de extrema importância e relevância, para buscar e fortalecer os direitos enquanto atingidos. Relatou a importância da participação das instituições de justiça nas reuniões da Câmara Técnica de Saúde e considerou que está ocorrendo muita negligência. Relatou que não sabe quem representa as instituições de justiça, visto que desde a saída do Dr. Edmundo e Dr. Elder não houve mais avanços nos direitos para os atingidos, uma vez que não estão sendo representados nas reuniões e nos territórios. Reforçou o convite para visita ao município de Barra Longa por parte do Ministério da Saúde e dos entes. Solicitou providências referentes a Copasa de Barra Longa, considerando que não fazem parte do eixo 9 pois na época o município não captava água de um local contaminado. Relatou ainda que o município está sobre pressão da Copasa, que afirmam que caso não recebam a anuência do local que hoje está sendo captado a água, irão cessar a captação de água do município. Solicitou ao Ministério da Saúde que defina pelo fornecimento de água mineral para a população de Barra Longa.</p> <p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, coordenador da CT-Saúde considerou que seria bom levar ao CIF o assunto do custeio e informou que a nova pessoa que esta ingressando na SECEX já esta buscando maiores informações do assunto. Relatou que a Câmara Técnica de Saúde recebeu o ofício do município de Barra Longa e deu os devidos encaminhamento e que acredita, que logo receberá respostas. Concordou com a participação das instituições de justiça nas reuniões , visto que elas são parceiras importantes para dar celeridade nas ações. Relatou ainda que conta com o apoio dos representantes dos atingidos para incentivar as instituições de justiça para juntos conseguirem encaminhar as pautas em conjunto e informou que a situação da Copasa é muito séria e reconheceu que esse assunto está sendo sempre apresentado nas reuniões e que, por isso, precisam avançar com o apoio e participação conjunta do município.</p>

O Sr. Sergio Rossi, representante Ministério da Saúde informou que será um prazer retornar a Barra Longa e agradeceu por todas as vezes que foi muito bem recebido pelo município. Lamentou muito a falta de apoio das assessorias às pessoas atingidas e relatou que , quem acompanhou a estruturação da coletiva de saúde do município e apesar de não terem assessoria técnica, percebe que há muita gente qualificada para discutir as questões de saúde. Considerou que o fornecimento de água mineral é uma medida emergencial e que existe todo um processo para recomendação da ação e que por isso não é possível dar uma resposta de imediata à solicitação. Considerou ainda que o plano de ação do município de Barra Longa precisa ser atualizado e relatou que foi constatado, dentro do acordo que foi realizado na época entre o município e Fundação Renova, que várias ações ficaram de fora do plano e que acredita que o município precisa realizar uma análise interna jurídica, para verificar se o plano possui uma cláusula de atualização e ampliação. Sugeriu que o plano de ação do município de Barra Longa seja levado para discussão no próximo grupo de trabalho, mas considerou que sem a provocação do município não seria possível agir por meios próprios.

A Sra. Sônia Custódio, representante da comissão de atingidos do território 5 (Tumiritinga e Galiléia) , informou que houve atualização do plano de ação e saúde Tumiritinga e Galiléia e reforçou a necessidade de aprovação para acesso do plano para os atingidos. Relatou que foram realizadas reuniões para alinhamento das pendências do plano e que no momento aguardam que a secretaria de saúde cumpra com as correções do plano para aprovação. Informou foi criado um poço em São Tomé do Rio Doce, de aproximadamente 3 metros de uma fossa e relatou que a água desse poço tem odor e gosto muito forte, o que vem causando consequência as pessoas que consumiram essa água, com problemas de pele, rins e outros. Relatou ainda que a Fundação Renova construiu uma ETA que não possui água potável para consumo e o que continua trazendo consequências a saúde e informou que os moradores da região trazem água do Barra do Cuieté para cozinhar, tomar banho e lavar roupas e usam água mineral para beber. Solicitou ajuda para o município de Galiléia que esta esquecida e reforçou seu interesse em continuar participando das reuniões.

O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, informou que os planos já foram submetidos análise da Câmara Técnica de Saúde e que após conferência pelos técnicos, devolveu os documentos aos municípios para adequações e para logo serem aprovados, mas que até o momento não receberam os planos com as adequações sugeridas anteriormente. Solicitou apoio da representante dos atingidos, como liderança, para conseguir um retorno dos municípios com as devolutivas para seguirem avançando com os planos. Explicou que para ser adotada alguma medida em relação a

situação do poço, é necessário que seja enviado um e-mail para a CT-Saúde, com todas as informações, histórico e documentos para realizarem as possíveis tratativas no GT-Água.

A Sra. Luciana Andrade, representante da ASPERQD, informou que a nota técnica 021/2023 trata das ações do monitoramento realizado do PMBA e dos problemas encontrados no pescado que engloba as regiões do Rio Doce e marítima e informou que em outra oportunidade pontuou sobre essa nota técnica em um grupo de trabalho. Solicitou informações de como está o andamento das tratativas do plano nos grupos de trabalhos e assim como os encaminhamentos.

O Sr. Sergio Rossi, informou que a nota técnica 021/2023 foi realizada em conjunto entre Ministério da Saúde, Anvisa e os dois Estados e não se trata de uma manifestação no âmbito CIF e sim em cunho administrativo, conforme os termos das recomendações realizadas. Informou que o Ministério da Saúde instituiu o GT-Rio Doce que foi criado e esta em funcionamento e que no dia 03 de abril houve a primeira reunião do GT-Rio Doce, onde as ações na esfera administrativa estão em elaboração e esta sendo acompanhada e apoiada pelo Ministério da Saúde, Anvisa e os dois Estados.

A Sra. Luciana Andrade, informou que mesmo sendo uma ação administrativa e de responsabilidade dos governos e Ministério da Saúde, acredita que é necessário ser abordado pela Câmara Técnica de Saúde as recomendações, pois acredita que não existe outro meio dos atingidos saberem das tratativas da recomendação do Ministério Público, uma vez que se sabe que os temas dos desastres não são debatidos nos conselhos fiscais de saúde e que como o PMBA é relativo aos problemas ocasionados pelo desastre entendem-se que precisam ter um suporte dentro da Câmara Técnica de Saúde.

O Sr. Sergio Rossi, informou complementando que a Câmara Técnica não se recusou em abordar as recomendações e ações mas que apenas distinguiu o que é ação em decorrência dos acordos judiciais e do sistema de governância que foi criado e aquilo que é iniciativa e ação dos poderes executivos e não irão se furtar em estabelecer diálogo e conversar sobre os temas. Reforçou que a Câmara Técnica de Saúde não trará debates sobre esse tema, porque o espaço não é pertinente

O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, informou que o objetivo da Câmara Técnica de Saúde não é se recusar em tratar as ações e recomendações referente a nota técnica 021/2023 mas que esse tema é pertinente a outro grupo de trabalho e CT e que as discussões que não competem a Câmara Técnica de Saúde, como o PMBA, podem ser tratados no GT-Estudo e não na Reunião Ordinária porque se trata de uma ação do TTAC.

A Sra. Luciana Andrade, solicitou um que a CT-Saúde faça *reports* das medidas adotadas pelos Estados, Município e Ministério da Saúde referente as recomendações constantes na nota técnica 021/2023 do Ministério da Saúde relativo aos itens 5.3, 5.4 e 5.5.

O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira informou que se algumas informações não estiverem chegando aos municípios e comunidades, é de extrema importância que a Câmara Técnica de Saúde saiba quais são, para exercerem as intervenções necessárias.

A Sra. Jóeci Lopes Mirandacomplementou que o laudo da AECOM mostra que está tudo com alto nível de contaminação o que é demonstrado na área da saúde humana. Informou que os laudos do ICMBIO e do PMBA demonstram um meio ambiente contaminado e sugeriu que a CT-Saúde solicite a CT-BIO informações dos estudos, para verificar o que pode ser feito para resolver o problema.

O Sr. Sergio Rossi, reforçou a complexidade do tema abordado, principalmente referente ao laudo da AECOM, e informou que o Ministério da Saúde e os Estados, estão realizando análise do material e em apoio a IAJ, solicitou ao juiz que liberassem os dados brutos para realizarem uma análise mais técnica para estimar qual é a população que está sob mais riscos, quais são as medidas de segurança alimentar devem ser adotadas, pois com os laudos ainda conseguirão obter as informações necessárias para fazer uma recomendação mais assertiva, para não realizarem uma comunicação de risco que possa trazer insegurança.

Às 12 horas e 50 minutos, do dia 24 de abril de 2024, o Sr. Lucas Marciano, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

Registro que a presente ATA foi aprovada na 74ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia 19 de junho de dois mil e vinte e quatro.